



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Ata n.º 01

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA NOVE DE JANEIRO

DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- Aos nove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes** e **Bruno Alexandre Croca Brites** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Pela **Senhora Vereadora, Paula Cristina Calado Chuço** foi feita a seguinte pergunta: -----

“Sabendo que o Município assinou com a CERCIMOR, um protocolo de cedência das instalações da antiga Cantina Escolar de Mora, e, que pela parte da Câmara foi instalado tudo o que era necessário, gostaria de saber se já há algum desenvolvimento ou previsão para a abertura do mesmo?” -----

A **Senhora Vereadora** foi informada pelo **Senhor Presidente** acerca da situação. -----

Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta. -----

- Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião: -----
- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----
- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**,

declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Caixa Geral de Depósitos, S.A.**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que o edifício inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 1677 da freguesia de Cabeção**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 769 da mesma freguesia, localizado no prédio rústico denominado Vale do Bispo e inscrito na matriz sob o artigo 1, Secção E, com a área de implantação e de construção de 272,00 m2, foi construído antes de 1951. -----

Inicialmente a requerente juntou fotografia aérea de 1947, mas o local não correspondia ao edifício em causa. Posteriormente foi entregue fotografia de cobertura realizada em 17/08/1987, onde se constatou já a existência da construção.

Mas tal informação não era suficiente para atestar que o imóvel é anterior ao RGEU, ou seja, anterior a 1951. Também se constatou que não era suficiente para atestar que é anterior ao Plano Diretor Municipal - e assim também isento de licença de utilização por se localizar fora da sede de concelho - uma vez que a data da sua ratificação é 29/06/1987, ainda que por apenas cerca de dois meses de diferença. -----

Face ao exposto, foi solicitada a colaboração da Junta de Freguesia de Cabe-

ção, no sentido de indicar a data presumível de construção do edifício. De acordo com informação prestada, em anexo, o imóvel foi construído antes de 29 de junho de 1987. -----

Sendo assim, e com base nos elementos referidos, presume-se que o imóvel tenha sido edificado em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo **RGEU** àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se submete a decisão o deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: PISCINA MUNICIPAL - AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** propondo a autorização de utilização da **Piscina Municipal**, pela **Senhora Joana Fernanda Milheiras Mirão**, em horário e datas livres, como forma de apoio à sua recuperação física. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta da **Divisão Sócio Cultural**, autorizando que a **Senhora Joana Fernanda Milheiras Mirão** frequente as Piscinas Muni-

cipais de Mora, em horário e datas livres, como forma de apoio à sua recuperação física. -----

Presente ainda informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que na sequência da comunicação do **Futsal Clube de Mora** em propõem a autorização de utilização da **Piscina Municipal**, pelo seu atleta **Rafael Alexandre Oliveira Pinto**, em horário e datas livres, para recuperação de uma cirurgia efectuada ao joelho esquerdo. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta da **Divisão Sócio Cultural**, autorizando que o atleta **Rafael Alexandre Oliveira Pinto** frequente as **Piscinas Municipais** de Mora, em horário e datas livres, para recuperação de uma cirurgia efectuada ao joelho esquerdo. -----

----- **Ponto dois - dois: GRUPO RECREATIVO E RANCHO FOLCLÓRICO DE CABEÇÃO - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO:** Presente informação da **Divisão Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com Art. 9º do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora** é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 13, 14 e 15. -----

Face ao pedido apresentado pelo **Grupo Recreativo e Rancho Folclórico de Cabeção**, conforme documentos em anexo à presente informação, propõe esta Divisão a atribuição de um subsídio no valor de **750,00€, setecentos e cinquenta euros**, destinado a custear parte das despesas com o plano de actividades de 2018. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no valor de **750,00€, setecentos e cinquenta euros** ao **Grupo Recreativo e Rancho Folclórico de Cabeção**, destinado a custear parte das despesas com o plano de actividades para 2018, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: PAGAMENTO DE FATURAS (PERIODICIDADE):** Presente informação da **Divisão Administrativa Financeira** propondo que a **Câmara Municipal** tome uma deliberação de forma a manter o sistema de um mapa mensal de facturas coincidente com a 1ª. reunião ordinária. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo. -----

----- **Ponto três - dois: AUTORIZAÇÃO PERMANENTE DE PAGAMENTOS:**

Presente informação da **Divisão Administrativa Financeira**, propondo que a **Câmara Municipal** tome uma deliberação no sentido de autorizar o **Senhor Presidente da Câmara** a realizar e autorizar as seguintes despesas: -----

- a) Encargos com empréstimos;-----
- b) Vencimentos, salários e outras remunerações certas e permanentes do pessoal; -----
- c) Entrega ao Estado e outras Entidades de receitas que lhe foram consignadas;
- d) Encargos de seguros de móveis e imóveis do património municipal e do pessoal contra acidentes no serviço; -----
- e) Emolumentos ao Tribunal de Contas;-----

f) Salários ao pessoal empregado acidentalmente na execução de trabalhos de reparação e conservação urgentes; -----

g) Pensões de Aposentação; -----

h) Assinatura do Diário da Republica; -----

i) Horas extraordinárias prestadas pelo pessoal; -----

j) Pagamentos à Imprensa Nacional Casa da Moeda; -----

l) Compra de gasóleo e outros bens necessários ao funcionamento dos Serviços.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento tendo o **Senhor Presidente** posto à votação o presente ponto o qual foi aprovado por unanimidade.-----

----- **Ponto três - três: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor **de 2.023.604,71€, dois milhões vinte e três mil seiscientos e quatro euros e setenta e um cêntimos**, e **Dotações não Orçamentais** no valor de **51.271,40 €, cinquenta e um mil duzentos e setenta e um euros e quarenta cêntimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - quatro: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **3.977,36€, três mil novecentos e setenta e sete euros e trinta e seis cêntimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.-----

----- **Ponto três - cinco: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o Mapa de Fatu-

ras.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **50.471,91€, cinquenta mil quatrocentos e setenta e um euros e noventa e um cêntimos.** -----

----- **Ponto três - seis: REGULAMENTO DO FUNDO DE MANEIO 2019:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para aprovação o **Regulamento do Fundo Maneio, para o ano de 2019.** -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **Regulamento do Fundo Maneio, para o corrente ano.** -----

----- **Ponto três - sete: INTRODUÇÃO DO SALDO TRANSITADO DO ANO DE 2018 PARA CÁLCULO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS NO MÊS DE JANEIRO/2019:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando o seguinte: -----

Considerando que: -----

1. A alínea a) do nº 3 do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, determina que "integram os fundos disponíveis os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor"; -----

2. A legislação em vigor, nomeadamente o ponto 2.5.3 do POCAL estabelece que "Na classe 0 registam-se apenas os movimentos correspondentes à aprovação do orçamento, às modificações introduzidas, designadamente a utilização de gerência, depois de devidamente aprovado o mapa "Fluxos de caixa" da gerência anterior." -----

3. O Manual da Direcção-Geral das Autarquias Locais sobre a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, tem em FAQ sobre esta matéria com o

seguinte teor "O saldo da gerência anterior pode ser considerado sem que estejam aprovadas as contas?" a qual mereceu a seguinte resposta "Quanto ao saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior, o mesmo pode ser utilizado para cálculos dos fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a) do nº 3 do artigo 5º do DL 127/2012, tendo em conta a especificidade no que se refere à sua utilização na administração local, encontrando-se esta receita disponível para utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização distinta da integração do saldo de gerência no orçamento, o qual ocorre após a aprovação de contas. Assim, o saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior pode ser considerado no cálculo dos fundos disponíveis, no entanto, a sua real utilização, por via da sua integração no orçamento, carece previamente da aprovação por parte do órgão competente para o efeito, após aprovação da conta de gerência". -----

4. Nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é competência do órgão executivo aprovar os documentos de prestação de contas; -----

5. O mapa de fluxo de caixa integra os documentos de prestação de contas; -----

6. O saldo da gerência anterior só pode ser integrado nos fundos disponíveis após aprovação dos fluxos de caixa.-----

Propõe-se: -----

1. A apreciação do Mapa de Fluxos de Caixa de 2018, em anexo, e sua submissão à Câmara Municipal para aprovação; -----

2. Que, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 4º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), seja aprovada a integração nos fundos disponíveis, o saldo da gerência referente à execução

orçamental de 2018, no montante de 1.901.006,46 euros. -----

A **Câmara Municipal** apreciou o Mapa de Fluxos de Caixa de 2018 e deliberou por unanimidade aprovar a integração nos fundos disponíveis, o saldo da gerência referente à execução orçamental de 2018, no montante de **1.901.006,46 euros, um milhão novecentos e um mil seis euros e quarenta e seis cêntimos.** -----

----- **Ponto três - oito: AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE AUMENTO DE FUNDOS DISPONÍVEIS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que a Lei nº22/2015, de 17 de março, que consiste na quarta alteração à Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. -----

Segundo esta Lei, o artigo 4º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro sofreu alteração quanto à competência na previsão do aumento temporário de fundos disponíveis, podendo a **Câmara Municipal** delegar no **Presidente da Câmara** a previsão do referido aumento. -----

Desta forma propõe-se, para deliberação em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, a delegação de competências da **Câmara Municipal** no **Presidente da Câmara** da autorização expressa do aumento temporário dos fundos disponíveis caso não existam pagamentos em atraso e enquanto esta situação durar, de acordo com o artigo 4º da Lei 22/2015 de 17 de março. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade delegar as competências da **Câmara Municipal** no **Presidente da Câmara** a autorização expressa do aumento temporário dos fundos disponíveis caso não existam pagamentos em atraso e enquanto esta situação durar, de acordo com o artigo 4º da Lei 22/2015

de 17 de março.-----

----- **Ponto três - nove: TABELA DE PREÇOS A APLICAR NO MUSEU**

INTERACTIVO DO MEGALITISMO - 1ª. ALTERAÇÃO 2019: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que de acordo com a legislação em vigor e para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da 1ª alteração à tabela de preços a praticar no **Museu Interactivo do Megalitismo, no ano de 2019**, que consiste na inclusão de novos artigos.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a 1ª alteração à tabela de preços a praticar no **Museu Interactivo do Megalitismo, no ano de 2019**, que consiste na inclusão de novos artigos. -----

----- **Ponto três - dez: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM**

MÉDIA TENSÃO PARA O ANO DE 2019: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que em conformidade com o nº 1 do artigo 98º e o nº 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2018 de 29 de janeiro, na sua atual redação, propõe-se que Câmara Municipal delibere: -----

- a. Aprovar todas as propostas contidas no Relatório Final; -----
- b. Adjudicar o “Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão para o ano de 2019” à empresa Endesa Energia, S.A. - Sucursal Portugal; -----
- c. Aprovar a minuta do contrato. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar todas as propostas contidas no **Relatório Final** e adjudicar à empresa **Endesa Energia, S.A. - Sucursal Portugal** o “Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão para o ano de 2019”, pelo valor de **162.105,51 €, cento e sessenta e dois mil cento e cinco euros e cinquenta e um cêntimos** mais IVA, por apresentar a

proposta mais vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos.--
Mais foi deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

----- **Ponto três - onze: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BTN DE IP (ILUMINAÇÃO PÚBLICA) PARA O ANO DE 2019:** Presente informação

da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que em conformidade com o nº 1 do artigo 98º e o nº 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2018 de 29 de janeiro, na sua atual redação, propõe-se que **Câmara Municipal** delibere: -----

- a. Aprovar todas as propostas contidas no Relatório Final;-----
- b. Adjudicar o “Fornecimento de Energia Elétrica em BTN de IP para o ano de 2019” à empresa EDP Comercial - Comercialização de Energia. S.A.;-----
- c. Aprovar a minuta do contrato.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade, aprovar todas as propostas contidas no **Relatório Final** e adjudicar à empresa **EDP Comercial - Comercialização de Energia. S.A.** o “Fornecimento de Energia Elétrica em BTN de IP para o ano de 2019”, pelo valor de **195.329,92 €, cento e noventa e cinco mil trezentos e vinte nove euros e noventa e dois cêntimos**, mais IVA, por apresentar a proposta mais vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais foi deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:**-----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A Câmara Municipal tomou conhecimento dos seguintes **despachos** do **Senhor Presidente**: -----

- **Em que aprovou** a 1ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2019, 1ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Ajuste Direto para "Implementação do SNC-AP e Apoio Serviços Financeiros", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que seja consultada a seguinte empresa: -----

POCALENTEJO-Apoio Contabilístico, Fiscal, Informático e Formação, Lda.. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 9.000,00€. -----

- **Em que determinou** adjudicar à firma Quaternaire Portugal, em conformidade com o Caderno de Encargos a "Assessoria à Execução do Plano de Combate ao Insucesso Escolar", pelo valor de 9.950,00€, (nove mil novecentos e cinquenta euros), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à firma Look 4 Security - Unipessoal, Lda, em conformidade com o Caderno de Encargos a "Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância no Fluvial de Mora", pelo valor de 37.356,12€, (trinta e sete mil trezentos e cinquenta e seis euros e doze centavos), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabeleci-

dos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

----- **Ponto cinco - dois: PEDIDO DE APOIO PARA RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO - MALARRANHA:**

Presente informação do **Gabinete de Ação Social** informando que tendo em consideração que um dos pilares que o executivo da autarquia de Mora tem como princípio básico de sustentabilidade é a melhoria das condições da Vila e dos seus munícipes. -----

Embora o pedido dos senhores Joana Maria Menina e Guilherme Domingos Martins, não esteja contemplado no Regulamento do Cartão Municipal do Idoso, mas tendo em consideração as condições socioeconómicas dos referidos munícipes, propõe-se que se apoie com os materiais constantes no orçamento em anexo, no valor de 754,83€." -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade, face ao pedido apresentado pelos senhores **Joana Maria Menina e Guilherme Domingos Martins**, e tendo em consideração as condições socioeconómicas dos referidos munícipes, apoiar com os materiais constantes no orçamento em anexo à presente informação, no valor de 754,83€, setecentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos. -----

----- **Ponto cinco - três: ESCOLA PROFISSIONAL DE CORUCHE - PEDIDO DE ESTÁGIO:**

Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que no seguimento do pedido apresentado pela **Escola Profissional de Coruche**, propõe a aceitação do Estágio Formativo em Contexto de Trabalho referente ao **Curso de Técnico Turismo**, para a formanda **Inês Alexandra Silveira Leão**, residente na freguesia de Mora, mediante a assinatura do protocolo,

em anexo à presente informação, a celebrar entre as duas entidades.

Mais propõe que a orientadora de estágio seja a Bióloga, **Dra. Ana Canas**. -----

O referido estágio não apresenta quaisquer encargos para a Autarquia. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, autorizando a realização do referido estágio, procedendo à assinatura do referido **Protocolo**. -----

----- **Ponto cinco - quatro: PROTOCOLO COM A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que a **Pesca Desportiva** é uma actividade que tem

uma enorme repercussão no Concelho, nomeadamente, pela quantidade de pescadores que praticam a modalidade nas Pistas de Pesca de Cabeção, Mora e Pavia. -----

Sendo a **Pista de Pesca de Cabeção** uma das melhores da Europa, que já recebeu ao longo dos anos várias provas internacionais, propõe a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva que esta venha a receber mais uma prova, no próximo mês de Maio, estabelecendo-se, para a sua concretização, o protocolo em anexo à presente informação, com a Câmara Municipal de Mora. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento, analisou o referido **Protocolo** e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com o mesmo indo proceder à sua assinatura. -----

----- **Ponto cinco - cinco: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte à seguinte Institui-

ção: -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora** no próximo dia 11 de Janeiro para uma visita de estudo dos alunos do 9º Ano de Escolaridade ao Museu da Electricidade, em Lisboa. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** a cedência de transporte à Instituição acima referida. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e trinta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-

